

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA NO ANO DE 2010

I – Principais deliberações

Proposições que alteram a legislação eleitoral e partidária ou dispõem sobre o sistema político:

- PLS nº 289, de 2005, que altera a redação da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, a qual dispõe sobre partidos políticos e regulamenta os artigos 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal (antecipa o prazo para filiação e dispõe sobre perda do mandato no caso de infidelidade partidária);
- PLS nº 622, de 2007, que acrescenta dispositivos à Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal, para estabelecer regras de fidelidade ao programa do partido;
- PEC nº 32, de 2006, que dispõe sobre a vacância do mandato de Presidente da República, Senador e Deputado (Iniciativa do Senado; parecer aprovado na Comissão).
- PEC nº 26, de 2006, para disciplinar a autorização de referendo e a convocação de plebiscito mediante iniciativa popular (aprovado parecer).

Proposições relacionadas ao acesso à Justiça:

- PLS nº 498, de 2009: Altera e acrescenta artigos a Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, para tratar de ato

não ratificado, foro, competência, prazo, medidas cautelares incidentais, depoimentos de videoconferência, homologação de sentença estrangeira, recurso ordinário, deserção, recurso protelatório, agravo de instrumento e medidas de antecipação de tutela.

- PLC nº 83, de 2008: Aprovado Parecer pela apresentação de substitutivo, para conferir aos conselhos de classe legitimidade no exercício do direito de representação relativo ao crime de abuso de autoridade por atentado aos direitos e garantias indispensáveis ao exercício profissional.

Proposições relacionadas à segurança pública, direito penal e processual penal:

- PLS nº 156, de 2009: Reforma do Código de Processo Penal (aprovado Parecer);
- PEC nº 34, de 2009, que dispõe sobre a remuneração de policiais por subsídio e sobre a compensação securitária pelo exercício de atividades de risco (aprovado Parecer);
- PLS nº 69, de 2004, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas (aprovado Parecer);
- PLS nº 69, de 2004, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas (aprovado Parecer);
- PLC nº 3, de 2010, que dispõe o processo e julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas.

Proposições relacionadas à transparência pública e ao combate à corrupção:

- PLC nº 58, de 2010 – Complementar, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato (“**Ficha Limpa**”) – aprovado Parecer; **(Publicada no DOU de 7.6.2010 como Lei Complementar nº 135/2010)**

PRS nº 329, de 2005, que veda a concessão de aposentadoria a parlamentar que, estando submetido a processo que vise ou que possa levar à perda do mandato por ato ou omissão envolvendo recursos públicos, apresente renúncia (aprovado Parecer);

- PLS nº 229, de 2009: Estabelece normas gerais sobre plano, orçamento, controle e contabilidade pública, voltadas para a responsabilidade no processo orçamentário e na gestão financeira e patrimonial, altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a fim de fortalecer a gestão fiscal responsável e dá outras providências (aprovado Parecer);

- PEC nº 6, de 2010: para definir que a instauração de processo criminal contra Governador de Estado ou Governador do Distrito Federal independe de autorização do Poder Legislativo, e dá outras providências (aprovado Parecer).

Proposições relacionadas à Administração Pública:

- PLC nº 197, de 2009, que dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela Administração Pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e

dá outras providências; (**Publicada no DOU de 30.4.2010 como Lei nº 12.232/2010**)

- PLS nº 277, de 2006, que altera dispositivos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, tornando obrigatória a utilização da modalidade de licitação pregão eletrônico e restringindo a modalidade carta-convite a situações excepcionais (aprovado Parecer);
- PLC nº 41, de 2010, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências (aprovado Parecer).
- PLC nº 87, de 2010, que altera a Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, no tocante ao subsídio dos Policiais Rodoviários Federais (aprovado Parecer).
- PLC nº 323, de 2009, que cria os Conselhos Federal e Regionais de Zootecnia e dá outras providências (aprovado Parecer transformando o Projeto em autorizativo).

Proposições relacionadas à sociedade, família, proteção ao menor, desporto:

- SCD nº 213, de 2003: Estatuto da Igualdade Racial (aprovado Parecer);
- PLC nº 9, de 2010: altera a Lei Pelé (decidido terminativamente em Reuniões Conjuntas);
- PLS nº 68, de 2009, que dispõe sobre a tipificação do crime de venda de bebida alcoólica a Criança e Adolescente;

- PLS nº 285, de 2005, determinando prazo para o registro do desaparecimento de criança e adolescente e estabelecendo prazo máximo para o início das investigações;
- PLS nº 375, de 2009, para permitir a liberação de recursos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de prestações, amortização extraordinária ou liquidação de saldo devedor decorrentes de financiamento habitacional de filhos do trabalhador que sejam maiores de 21 (vinte e um) anos, tenham vínculo matrimonial ou união estável e não possuam imóvel próprio (aprovado Parecer);
- PLS nº 95, de 2007, que acrescenta ao Código de Processo Civil a conversão consensual da separação em divórcio por via administrativa;
- PLC nº 123, de 2005: Isenta de emolumentos a averbação de reconhecimento de paternidade extrajudicial) – aprovado Parecer;
- PLS nº 267, de 2009: Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, e revoga as Leis nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994, e nº 9.278, de 10 de maio de 1996, para assegurar a ampliação dos direitos civis dos companheiros, na união estável;
- PLC nº 20, de 2010: Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (Interferência promovida por um dos genitores na formação psicológica da criança para que repudie o outro, bem como atos que causem prejuízos ao estabelecimento ou à manutenção de vínculo com este);
- PLS nº 62, de 2010: Acrescenta § 5º ao art. 110 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), a fim de

facilitar a substituição, no registro civil do filho, do nome dos pais alterado em virtude do casamento ou de sua dissolução ou separação judicial, bem como pela formação da união estável ou sua dissolução;

- PLS nº 58, de 2005: Altera a redação do art. 1.211-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, para conceder prioridade processual aos deficientes em que a causa seja conexa com a deficiência, e para ajustar o benefício ao Estatuto do Idoso.

- PLC nº 43, de 2005: Determina que a pessoa que for retirada cautelarmente da moradia comum, por maus-tratos, opressão ou abuso sexual contra criança ou adolescente, está obrigada a prestar alimentos (aprovado Parecer).

Proposições relacionadas à saúde:

- PLS nº 315, de 2008, que proíbe o uso de produtos de tabaco em ambientes fechados (aprovado Parecer);

- PLS nº 48, de 2007, que estabelece normas para o provimento de cargos e empregos de agentes comunitários de saúde a que se refere o art. 9º da Lei nº 11.350, de 05 de outubro de 2006 (aprovado Parecer).

Proposições relacionadas à criação de universidades:

- PLC nº 63, de 2010, que dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB e dá outras providências (aprovado Parecer);

- PLS nº 198, de 2006, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade do Distrito Federal, com recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal.

Proposições relacionadas ao desenvolvimento regional e meio ambiente:

- PLS nº 49, de 2009, que estabelece a legitimidade do Ministério Público para propor a ação de usucapião especial urbana referida no art. 10 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto das Cidades);
- PLC nº 1, de 2010: Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (aprovado Parecer).

Foram aprovados, ainda:

- PEC nº 3, de 2004, que acrescenta ao art. 231 da Constituição o § 8º, que faculta ao poder público desapropriar imóvel para efeito de demarcação em favor da comunidade indígena (Parecer);
- PRS nº 24, de 2008, que revoga os §§ 7º e 8º do art. 2º da Resolução do Senado nº 98, de 1998 (tratam da assunção da obrigação de pagamento por parte da União, mediante retenção do FPE, de débito do Estado do Paraná) – aprovado Parecer **(Publicada no DOU de 30/04/2010 como Resolução do Senado Federal nº 9/2010)**.

- SCD nº 354, de 1989, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências;
 - PLC nº 4, de 2010, que concede auxílio especial e bolsa especial aos dependentes dos militares das Forças Armadas falecidos no terremoto de janeiro de 2010 na República do Haiti (aprovado Parecer - **Publicada no DOU de 16.6.2010 como Lei nº 12.257/2010**);
 - PLC nº 21, de 2010, que autoriza o Poder Executivo a doar 3 (três) aeronaves T-27 TUCANO à República do Paraguai (**Publicada no DOU de 25.6.2010 como Lei nº 12.271/2010**);
- PLC nº 19, de 2010, que reconhece a responsabilidade do Estado brasileiro pela destruição, no ano de 1964, da sede da União Nacional dos Estudantes - UNE, localizada no Município do Rio de Janeiro (**Publicada no DOU de 22.6.2010 como Lei nº 12.260/2010**).
- PLS nº 3, de 2007, que dispõe sobre as sociedades cooperativas (aprovado Parecer favorável a Substitutivo).

II – 707 proposições apreciadas, assim classificadas:

- a) 61 Projetos de Lei do Senado, em caráter terminativo;
- b) 72 Projetos de Lei do Senado, em caráter não-terminativo;
- c) 32 Projetos de Lei da Câmara, em caráter terminativo;
- d) 66 Projetos de Lei da Câmara, em caráter não-terminativo;
- e) 3 Substitutivos da Câmara dos Deputados a projetos de Lei do Senado, além de 2 Emendas da Câmara dos Deputados a Projetos de Lei do Senado;
- f) 3 Emendas de Plenário e 212 Emendas e Subemendas de Comissão;
- g) 40 Propostas de Emenda à Constituição;
- h) 3 Projetos de Resolução do Senado;
- i) 5 Projetos de Decreto Legislativo;
- j) 13 Projetos em Turno Suplementar;
- k) 12 Mensagens do Senado Federal;
- l) 27 Ofícios “S”;
- m) 43 Requerimentos SF;
- n) 109 requerimentos da CCJ e respectivos aditivos;
- o) 2 Recursos;
- p) 2 Avisos.